

MENSAGEM/434

Rio Grande, 21 de setembro de 2023

Senhor Presidente:

Honra-nos cumprimentá-lo, oportunidade em que encaminhamos a essa Colenda Casa Legislativa o incluso Projeto de Lei nº 088 que **ALTERA O ART. 50 DA LEI 1799 A DE 31 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1966 E E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O presente Projeto de Lei tem por finalidade de alterar o art. 50 da Lei 31 de dezembro de 1966, buscando atualizar a regra jurídica a luz do Código Tributário Nacional.

O Código Tributário Nacional disciplina em seu Art. 156, V, que a prescrição extingue o crédito, ao passo que prevê no seu art. 113, § 1º que extingue-se juntamente a obrigação tributária da qual decorreu.

Na prática, em atenção aos princípios da economicidade e da razoabilidade, de nada adianta o Estado estar com os seus cadastros da dívida ativa abarrotados de inscrições de créditos tributários prescritos sem nada poder fazer, uma vez que não há mais a possibilidade de sucesso no ajuizamento da cobrança, uma vez extinto o crédito pela prescrição. Tanto que o recente Código de Processo Civil, define em seu Art, 332, § 1º, que *“o juiz também poderá julgar liminarmente improcedente o pedido se verificar, desde logo, a ocorrência de decadência ou de prescrição.”*

A presente alteração visa adequar a legislação municipal à tais mudanças na legislação tributária e processual em âmbito nacional, a exemplo do que já se fez em Porto Alegre, através da Lei Complementar nº 686 de 28 de dezembro de 2011, a qual alterou o art. 68-A da Lei Complementar nº 7 de 1973, passando a prever a autorização para o Executivo Municipal reconhecer de ofício a prescrição dos créditos inscritos na Dívida Ativa, tal qual se propõe no presente projeto.

Cabe salientar que tal proposta, além de facilitar a manutenção do cadastro dos créditos inscritos em dívida ativa, com a atualização e manutenção apenas dos débitos

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DO PREFEITO

exigíveis, representa um benefício para o contribuinte, o qual não necessitará demandar em processo autônomo o reconhecimento de tal direito, o que por vezes torna-se moroso.

Diante do exposto, em se tratando de Projeto de Lei de suma importância ao Município e sua manifesta legalidade, solicitamos seja o mesmo apreciado em regime de urgência, consoante o disposto no Artigo 33 da Lei Orgânica.

Respeitosamente,

FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO
Prefeito Municipal

À Sua Excelência
Ver. JULIO CESAR PEREIRA DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal
NESTA CIDADE

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 088 DE 21 DE SETEMBRO DE 2023

**ALTERA O ART. 50 DA LEI 1799 A
DE 31 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1966
E E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DO RIO GRANDE**, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica em seu artigo 51, III.

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o art. 50 da Lei 1799 A de 31 de dezembro de 1966, e alterações posteriores, conforme segue:

“**Art. 50** Fica o Poder Executivo autorizado a reconhecer de ofício o cancelamento dos débitos Fiscais:

I - legalmente prescritos;

II - de contribuinte que haja falecido sem deixar bens que exprimam valor;

Parágrafo Único. O cancelamento relativo ao inciso II, será determinado de ofício ou a requerimento de pessoa interessada, desde que fiquem provadas a morte do devedor e a inexistência de bens, ouvidos os Órgãos Fazendário e Jurídico da Prefeitura.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Grande, 21 de setembro de 2023

FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO
Prefeito Municipal

cc.:/Todas as Secretarias/CSCI/PJ/CMRG/Publicação